



POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE¹ *Reflexões à esquerda*

É necessário pensarmos os jovens ao mesmo tempo como sujeitos de direitos e como sujeitos de mudanças.

1. Advertência sobre a lógica da comunicação

Ainda que tenhamos a pretensão de compartilhar aqui reflexões menos informativas e avaliativas de políticas concretas, há que se destacar a vontade política do atual governo em favor da juventude, atendendo à mobilização de grupos jovens e outros setores da sociedade nacional e internacional via criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude - este um laboratório de democracia e formação participativa de e por jovens, dando chão para a idéia de cidadania juvenil e inaugurando uma forma híbrida de trabalhar com o governo, garantindo às organizações juvenis identidade crítica e autônoma e integrando, sem diluir, sociedade política e sociedade civil.

Também devemos divulgar mais e reconhecer a importância de programas como o ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária). Não somente pelas metas ambiciosas - como a de destinar-se a jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho, orientando-se o programa por relacionar educação formal, qualificação profissional e participação comunitária -, mas em particular pelos investimentos na modelagem do programa, preocupando-se em desenhar conteúdos e projetos pedagógicos mais afins à população a que se destina, saindo assim da visão instrumental de inclusão em serviço educacional especial. O ProJovem traz consigo, ao menos no nível das intenções, ou seja, dos documentos básicos, a preocupação com a sedimentação de uma consciência

participativa, com a implementação de uma experiência pedagógica inovadora e com a aquisição de habilidades. Segundo o Manual de Educador do ProJovem:

O Programa assume, ao mesmo tempo, caráter emergencial, ao atender um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio, e caráter experimental, no curso de formação, ao basear em novos paradigmas sua proposta curricular que trata de forma integrada a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico. (COORDENAÇÃO NACIONAL DO PROJÓVEM, 2005)

O ProJovem precisa ser acompanhado, avaliado e monitorado na relação entre intenção e práticas concretas – suas realizações regionais –, em particular por tratar-se de experiência que sugere criatividade, tendo sido desenhada de acordo com a perspectiva geracional juvenil, ou seja, levando em conta necessidades e perfis dos grupos jovens. A tarefa política de fazer o acompanhamento desse programa deve ser priorizada por organizações juvenis, as quais devem preocupar-se ainda com a divulgação mais ampla do programa, a fim de que não somente tais organizações mas o conjunto da sociedade civil possa melhor participar de tal monitoria. Além disso, a divulgação ampliada desse programa contribui para desestabilizar estigmas em relação a jovens que não estudam e não trabalham, público-alvo do ProJovem.

Devemos nos perguntar em que medida a formatação de políticas orientadas para a autonomia dos jovens de fato colaboram para essa autonomia em relação às forças de mercado e em que medida não se estaria usando o conceito para deixar os jovens por sua própria conta, aprendendo por ensaio e erro e sem recursos.

Não trago aqui análises, mas, apenas como provocação, no sentido de ilustrar a importância do acompanhamento da implantação de políticas por pesquisas que considerem contextos e processos sociais mais abrangentes, adianto questões para futuros estudos, quais sejam: em que medida políticas como o ProJovem e o Primeiro Emprego beneficiam o jovem, se o concebemos como parte de dois tempos conjugados – ou seja, como segmento composto por necessidades no hoje e no amanhã? Dito em outras palavras, o que estaria ficando para os jovens pobres e negros – em termos de capital social, aquisição de conhecimentos e renda e aumento de seu poder competitivo no mercado em relação a outros jovens – de políticas mais direcionadas para urgências no presente, ainda que essas políticas sejam básicas e importantes para o resgate da dignidade? Políticas como essas colaboram para a autonomia embasada em poder de crítica e debate de valores ou estariam beneficiando mais os empresários e o mercado? Em que medida tais políticas não estariam esvaziando o sentido de educação continuada, formal, sólida, em nome do

atalho de uma experiência educacional mais calcada no atrativo de uma bolsa? Quais os efeitos, a longo prazo, de um programa de educação especial previsto para dar “formação integral” por um período de 12 meses ²?

Insisto em que tal reflexão não pretende desqualificar um projeto criativo e com potencialidades positivas para os jovens como o ProJovem, mas apenas enfatizar a importância do princípio marxista que propugna um olhar crítico informado no acompanhamento de práticas, questionando-se (1) através de análises empíricas sobre o que é deixado para os jovens como indivíduos e (2) através de análises compreensivas de corte socialista sobre o que se deixa para os jovens em termos de um projeto de coletividade. Em síntese, ao promover o acompanhamento crítico das políticas implementadas é necessário pensarmos os jovens ao mesmo tempo como sujeitos de direitos e como sujeitos de mudanças.

Outra política governamental que pede mais acompanhamento e divulgação é o ProUni (Programa Universidade para Todos) ³, voltado à ampliação do acesso ao ensino superior. O mesmo podemos dizer dos vários programas para jovens alocados em pastas setoriais, como os do Ministério do Esporte, onde se vem procurando conjugar preocupação com o conteúdo e com as implicações das políticas, e não somente reproduzir fórmulas de governos anteriores, materializadas em programas de fachada voltados à fixação de metas quantitativas, realização de inaugurações, criação de quadras, promoção de eventos e inscrição de um número x de jovens. O Ministério do Esporte hoje se destaca pela criatividade, inaugurando significativos programas que se orientam pela inclusão e pelo respeito ao direito de cida-



Lula discursando no ato de lançamento do PROJÓVEM

dania a um bem, o esporte, vital para a cultura juvenil, para o tempo de ser jovem. Ao se preocupar com o esporte competitivo ou de rendimento, mas também com o de recreação e o educacional, o Ministério do Esporte reconhece a diversidade de sentidos da prática esportiva e de públicos jovens.

Insiste-se em que a montagem de sistemas de controle social, de acompanhamento e monitoria de programas para a juventude por jovens não é somente uma forma de dar materialidade à retórica – hoje bastante em voga – sobre a participação juvenil. Trata-se também de uma maneira de construir capital social e político para tal participação.

O cenário hoje é propício para ousar criativamente em políticas de/para/com/juventudes (Castro 2004), e há que se reconhecer também o esforço da bancada parlamentar progressista por um marco legal relacionado ao assunto. As propostas em debate de um estatuto, de um plano de juventude e de uma emenda constitucional contribuem para conferir legitimidade social e reconhecimento de direitos singulares de um contingente populacional significativo quer em termos demográficos, quer em termos de busca do desenvolvimento pessoal, quer em termos de consolidação de uma identidade nacional.

Alinho-me à postura, já expressa pelo Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), sobre a relação entre juventude e projeto nacional, o que vai além de uma perspectiva instrumental, ainda que importante, de formação de uma massa de ativistas com consciência crítica ao mesmo tempo nacionalista e internacionalista.

Defendo a tese de que a identidade nacional sustenta-se em símbolos, princípios e projetos políticos, mas principalmente no respeito à individualidade coletiva – isto é, não restrita a um eu narcíseo, mas ao contrário disso capaz de valorizar a qualidade de vida da população, considerando sua diversidade e o trânsito dialético de tal diversidade, bem como diferenças e desigualdades existentes na totalidade, a Nação.

Assim como o estado de uma nação se reconhece pelo respeito aos direitos humanos universais, ou seja, pelo acento redistributivo de suas políticas, assim também, na modernidade, qualifica-se tal estado pela representação de direitos de reconhecimento de múltiplas identidades, como os direitos das mulheres, dos negros, dos índios, das crianças, dos velhos, dos jovens, entre outras populações que, no entrelace da natureza, da economia, da política e da cultura, singularizam-se por vontades, aspirações, vulnerabilidades, linguagens e necessidades próprias – necessidades não apenas oriundas de carências, de injustiças históricas a pedir reparações, mas necessidades criativas, no sentido da possibilidade de ousar vãos próprios, de fazer sua própria música, suas próprias formas de comunicação.

E este é um ponto que gostaria de acentuar para uma esquerda jovem e criativa: devemos nos preocupar com políticas que não fiquem restritas a minimizar exclusões sociais, por mais importante e necessário que seja tal enfoque. As políticas precisam, além disso, potencializar talentos. Não podemos nos limitar a tapar os buracos do capitalismo, é preciso ousar. Insisto em que o momento histórico no campo das políticas de juventude é único, pois hoje se busca evitar a prática de governos anteriores de somar ou agregar projetos setoriais. Mas, além de propostas inovadoras, como por exemplo a que embasa o ProJo-

Portinari/reprodução



vem, há que se criticar o fato de que na América Latina comumente as entidades voltadas para a juventude dispõem “de menos recursos, menos experiência e menos poder na estrutura do Estado”. (Abad 2003: 247)

A proposta desta comunicação é uma apresentação mais reflexiva, ainda que descosturada, sobre o sentido do tema políticas públicas de juventude (PPJ) para uma platéia jovem de militância socialista. Revisitando textos meus e de Miriam Abramovay anteriores⁴ (ver, entre outros, Abramovay e Castro, 2001; Castro, 2004 e UNESCO, 2004) resgato certos princípios que considero pilares para a formação de um capital cultural de esquerda no campo das PPJ.

2. Reflexões sobre o sentido do tema para uma audiência de jovens socialistas

Ressalto a importância e propriedade do tema das PPJ em um encontro de jovens socialistas, comunistas e/ou à esquerda, nestes tempos, neste momento pré-eleitoral, quando devemos saber defender as conquistas deste governo no tocante à sensibilidade para com o tema juventude e onde, não obstante, é necessário delimitar fronteiras, colocando-nos o questionamento a respeito de em que se diferencia uma orientação de esquerda no que concerne a políticas para juventudes, enfatizando perspectivas nos desenhos de políticas e não apenas metas de inclusão.

É aqui que se faz necessário qualificar melhor o que em outros textos chamei de políticas de/para/com juventudes. Com tal paradigma intentávamos chamar atenção para a importância de políticas que cuidassem do trânsito entre juventude e juventudes, considerando os significados de ser jovem hoje, isto é, considerando a juventude em sua pluralidade, com suas diferenças, desigualdades e singularidades, sem deixar contudo de lado aquilo que é comum, o que dá a qualidade da condição juvenil – questões estas que se referem ao de; políticas que não descuidassem do papel do Estado, pois, por mais que se defenda o

lugar da sociedade civil, do empresariado e de diversas agências, a verdade é que há uma série de políticas de juventude, como as de educação, cultura e esporte, que não podem ser deixadas ao sabor das forças de mercado – sendo essas questões atinentes ao termo para; políticas, enfim, que levassem em conta a importância da participação informada e o reconhecimento do lugar das organizações juvenis, não no sentido corporativista de políticas geridas exclusivamente por jovens, mas sim no da interação entre jovens e adultos, se ambos alinhados por perspectiva de construção de autonomia e participação informada, empoderada, de jovens – este o sentido do com juventudes. Há que ter presente o sentido de tais construções, de/para/com, para que não se as tenha apenas como retórica ou chavão.

Tal paradigma pede alguns cuidados, que implicam em sair da fórmula fácil de desenhar políticas para atender necessidades imediatas, mais gritantes, ainda que importantes, orientadas por faltas, como as carências de escolas ou de emprego.

Passo a compartilhar alguns cuidados que me parecem básicos se a intenção é inovar no rumo de uma perspectiva socialista, ainda que nos limites de uma ambiência capitalista.

3. CUIDADOS

3.1. A vigilância contra a institucionalização dos movimentos sociais

Gostaria de iniciar este tópico parabenizando o 13º Congresso Nacional da UJS pelo seu lema, extraído de música do grupo juvenil Los Hermanos, qual seja A estrada vai além do que se vê, o qual teria o sentido de firmar como norte nos mais diversos debates sobre temas conjunturais que o objetivo da UJS é “a construção de um Brasil diferente, um Brasil socialista”⁵.

A preocupação dos comunistas, dos socialistas, nos cargos e debates sobre programas de, para e com juventudes é como ao mesmo tempo desenhar programas contra exclusões e colaborar

para sedimentar uma perspectiva crítica sobre o sistema capitalista, sobre as forças de mercado. Combina-se portanto a militância socialista com a defesa de reformas políticas e programas contra exclusões, mas não se perde de vista a perspectiva crítica, tendo como parâmetro o processo de construção do socialismo.

O conceito de autonomia por exemplo, tão comum em textos sobre PPJ, deveria ser objeto de crítica discursiva. Em análises dos programas para juventude devemos nos perguntar em que medida a formatação de políticas orientadas para a autonomia dos jovens de fato colaboram para essa autonomia em relação às forças de mercado e em que medida não se estaria usando o conceito para deixar os jovens por sua própria conta, aprendendo por ensaio e erro e sem recursos. De fato, em uma perspectiva socialista juvenil há que se ter presente o conceito de política com que se trabalha, em particular quando estamos limitados aos parâmetros do possível na maquinaria estatal, a qual, mesmo sendo parte de um governo progressista, move-se nos limites do sistema social em que se insere.

Segundo o psicólogo argentino Miguel Abad, “A política ... consiste justamente na atividade pela qual a sociedade reflete e questiona a validade de suas instituições e por aí também de suas normas e comportamentos”, o que segundo ele pede o “empoderamento dos setores subordinados que reconhecendo sua alienação se apropriam da capacidade de mudar seu destino, convertendo seu antagonismo básico por mobilização social”. É quando, nesse sentido, ainda segundo Abad, a política seria sempre uma dimensão de “luta pelo poder e busca de acordos de governabilidade” (Abad 2003:230). Fixar limites para tais acordos é um desafio para quem se move no governo sendo crítico da ambiência do Estado.

Os jovens buscam e, como sujeitos de direitos, fazem jus à autonomia. Mas a autonomia é um processo, uma construção, e sua busca se dá em ambientes de progressiva “desinstitucionalização” dos jovens, de ampliação de suas

vulnerabilidades negativas, por diminuição de oportunidades econômicas, estímulos de uma sociedade consumista/individualista e desencantos em relação a projetos políticos de transformação social. No processo contemporâneo de “desinstitucionalização” dos jovens, refere-se Abad (2003) ao fato de que devemos discutir mais as mudanças na instituição família e a dependência dos jovens em relação a essa instituição, por mais que se dê ênfase à sua autonomia. Isso requer a discussão de políticas de juventude considerando-se também políticas de proteção social à família:

A crise da família tradicional e a multiplicação de novas formas de família que questionam e recolocam os limites dos papéis entre pais e filhos; as relações paterno-filiais de hoje se fundamentam mais na tolerância, na negociação e na sedução, que no rígido padrão de autoridade paternal e obediência filial. (ABAD 2003: 240)

Ainda sobre o processo de “desinstitucionalização” dos jovens hoje, Abad (op.cit) chama atenção para o “esgotamento da ilusão de mobilidade social”, em particular via educação e emprego, com a conseqüente “relativização da cultura do trabalho”; a “perda da relevância política dos movimentos estudantis ‘revolucionários’”; a emergência de novos atores sociais, oriundos da crítica juvenil aos formatos clássicos de fazer política; a fragilização da idéia de Nação, por ação das forças “globalitárias” na cultura e na economia; a emergência de novos tipos de conhecimento e comunicação que conformariam uma “cultura juvenil de características quase universais, heterogênea e inconstante, e, em paralelo, a substituição ou contradição com a transmissão cultural proveniente de instituições de transição, quer dizer, a família, a escola e o trabalho” (Abad 2003. 240).

Tais dimensões do processo de desinstitucionalização dos jovens representam complicadores e desafios para a elaboração de políticas públicas e a formatação de condições de autonomia. ⇨

Se a perspectiva das PPJ é a construção da autonomia crítica, informada, embasada por conhecimentos e recursos, há que se tomar cuidado com certas idéias, como algumas das expressas na proposta de Plano Nacional de Juventude - ainda, que, friso, considere importante a idéia de um Plano de Estado para a juventude, bem como muitas de suas intenções e o processo pelo qual vem sendo construído, através de amplos debates.

Mas o Plano, em vários trechos nos quais se refere a distintas áreas, explicita como objetivo "garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas"; além disso, em diversos trechos recorre ao conceito de "inclusão".

A idéia de inclusão parte de um otimismo com as oportunidades do sistema para os jovens, otimismo este sem comprovação empírica, e omite o fato de que educação e trabalho não necessariamente continuam "funcionais ao modelo de acumulação capitalista vigente" (Abad 2003: 251). Inclusão sugere abdicar da crítica à sociedade mais abrangente na qual se quer incluir um grupo, quando se deveria ao menos fazer referência à autonomia para uma inclusão crítica e refletir mais sobre como incidir em estruturas vulnerabilizantes e processos como os discutidos, de "desinstitucionalização". Não no sentido de restaurar instituições mas de propiciar redes de segurança social. O objetivo de autonomia nas políticas de juventude é um ganho nestes tempos, mas deve

se ter cuidado para não se transformar em peça de retórica ou ser usado contra os próprios jovens. Principalmente face aos problemas estruturais desta fase do capitalismo em sociedades como a nossa, autonomia implica em consciência crítica, "resistência ativa às exclusões", investimento em capital social-redes, conhecimento e experiências de vida.

No atual contexto latino-americano, de altíssima exclusão social, com moderado crescimento econômico, começa-se a pôr em questão a centralidade do emprego assalariado e seus privilégios como veículo de acesso para o exercício de uma cidadania plena e, por detrás disso, o papel dominante dos adultos.

Em uma dinâmica de exclusão, esta ótica que se propõe parte do suposto, quase oposto [da lógica da inclusão], qual seja, da importância de fortalecer a consciência de cidadania dos jovens com problemas de integração, não somente para conservar a paz social, senão para que aproveitando a moratória social que se lhes confere ou impõe, resistam mais ativa e criativamente à dinâmica de exclusão que lhes destina a trajetória social prevista, construindo alternativas, começando por suas próprias vidas, que lhes evitem padecer de uma rebeldia sem causas por incapacidade de conceber ou realizar as mudanças que queiram. (ABAD 2003: 251)

A idéia de inclusão parte de um otimismo com as oportunidades do sistema para os jovens, otimismo este sem comprovação empírica, e omite o fato de que educação e trabalho não necessariamente continuam "funcionais ao modelo de acumulação capitalista vigente". Inclusão sugere abdicar da crítica à sociedade mais abrangente na qual se quer incluir um grupo.

3.2. Cuidado com a banalização e esvaziamento conceitual de certos termos como participação, autonomia e protagonismo juvenil

Segundo textos da CEPAL sobre vulnerabilidade e juventude (e.g. Vignoli, 2001), se nas políticas de gênero o eixo é a igualdade e, acrescido, o espaço para a realização das diferenças sem desigualdades, nas políticas de juventude o eixo é a participação, mas pondero que devemos debater mais o que se entende por esse termo. No mesmo conceito se misturam a questão da participação formal, o resgate da cidadania passiva, a exigência da pressão por direitos e a ocupação de espaços políticos. Há que se tentar ir mais além, ousando no sentido de uma cidadania ativa, crítica, discutindo condições, recursos para participação e investindo na formação de quadros, na socialização com a máquina político-pública, insistindo em uma interação geracional com adultos significativos para o processo de formação política.

Então ressignifica-se autonomia e participação por insistir na importância da relação entre gerações sem perda da identidade juvenil, bem como na importância de contar com a colaboração de adultos em papéis de socialização, não necessariamente com a autoridade tradicional, mas com a

Portinari/reprodução



autoridade da experiência, de um tipo de conhecimento. Dois vetores, experiência e conhecimento crítico, são básicos para uma participação informada.

Sobre participação resgato de textos anteriores meus a reflexão de que:

O tema participação política quando referido a juventudes mescla o racional/instrumental com o racional/emocional, questionando fronteiras formais e pedindo perspectiva dialética que decole da condição, da materialidade de vida e da cultura juvenil, em que pese a simplificação desses termos, já que em particular em países estruturados por desigualdades de classes sociais e de múltiplos sistemas modelados por subalternidades, como de gênero, raça e geração, entre outros, há que mais qualificar a relação entre universais do ser jovem - ou a produção de uma juventude pelo mercado, os meios de comunicação, o Estado e por um tempo pautado por individualismos narcísicos, inseguranças, medos e orientações por consumo - e os condicionantes estruturais, condições de vida que diferenciam os jovens entre si. (CASTRO 2004: 20).

São algumas questões preliminares nas discussões sobre participação: quem pode participar, quem dispõe de recursos, e participar para quê, com que projetos?

3.3. Cuidado com os limites da perspectiva de políticas reparadoras, ou contra exclusões sociais

É importante não perdermos de vista o público-alvo, a combinação dialética entre juventude e juventudes, e ter presente que, diferentemente das identidades raça e gênero, quando se enfoca geração/juventude trata-se de uma população que combina simultaneamente dois tempos, o ser no presente, o ter necessidades no aqui e agora, e o vir-a-ser, o ser no futuro. Tal enfoque não necessariamente se

É fundamental desenhar políticas e programas que permitam: primeiro, que as novas gerações participem em um processo de mudanças; segundo, que tendam a preparar os jovens da melhor forma possível para tal participação.

confunde com a perspectiva de negar identidade aos jovens, ou negar as necessidades no hoje, concebendo juventude tão somente como etapa, tempo de transição (UNESCO 2004). A tese é a de que se não se tem a perspectiva de processo, se está comprometendo duas gerações, os jovens de hoje e os adultos de amanhã.

Os jovens vêm sendo destacados hoje no debate sobre políticas públicas quer pelo reconhecimento de que têm direitos próprios quer por sua potencialidade como atores do desenvolvimento, em especial em relação à sociedade do conhecimento. Mas as várias vulnerabilidades negativas vivenciadas pela geração entre 15 e 24 anos no Brasil muitas vezes induzem a perspectivas parciais, assistencialistas e até 'culpabilizadoras' dessa heterogênea e complexa população. (UNESCO 2004: 22).

É de fato preocupante constatar que, em 2003, 40% dos 35,5 milhões de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil viviam em famílias com menos de 3 salários mínimos por mês. Comparando dados de 2003 com os de 2001 (PNAD), Waiselfisz (2006:72) alerta: "Vemos que a renda familiar per capita da juventude brasileira expressa em salários mínimos caiu consideravelmente entre 2001 e 2003: de 1,46 para 1,31 SM, o que representa um decréscimo de 10,2%".

A juventude, em particular aquela da classe trabalhadora, assim como a que se compõe pelo povo negro, é um dos segmentos mais vitimados pelas desigualdades sociais:

A análise dos dados disponíveis [PNAD 2003] permite verificar que a cor dos jovens ainda constitui um severo fator de discriminação. Em todas as regiões a renda dos negros

é sempre inferior à dos brancos. Isso é uma constante em todas as unidades federativas e regiões. No nível nacional, a renda familiar per capita dos jovens negros é 53,4% inferior (menos da metade) à dos brancos. (Waiselfisz 2006: 78)

Gênero também entre os jovens sinaliza uma situação desfavorável das mulheres na economia política. Note-se que a proporção de jovens homens com renda própria é superior à de jovens mulheres em todas as unidades da federação: 54,4% contra 39,3%. Mas, para ambos os sexos, constatamos que muitos jovens são dependentes de seus pais, o que mais uma vez lembra que o debate sobre autonomia deve passar pela relação com a família e pela disponibilidade de recursos para sobrevivência.

Em 2003, 51% dos jovens não estavam na escola e menos de "1 em cada 3 jovens cursavam estudos num nível compatível com sua idade: o segundo grau como mínimo" (Waiselfisz 2006: 78).

A equação trabalho-estudo vem sendo mais considerada hoje em políticas para juventudes, como no caso do ProJovem, e de fato esse arranjo é estratégico, já que juventude é antes de tudo tempo de educação, de formação. Os que não estudam e não trabalham correspondiam em 2003 a 19,8% do total, representando 7 milhões de jovens que "têm seu futuro em risco, vulnerabilizados". Em nível de Brasil, segundo o Relatório de Desenvolvimento Juvenil para 2005, lamentavelmente ainda não publicado pela UNESCO, tem-se que de fato são os jovens de famílias mais pobres os mais negativamente vulnerabilizados, o que coloca a importância da equação trabalho-estudo, indicando o quadro a seguir que os que nem trabalham nem estudam têm menos da metade da renda que os que se encontram estudando (Waiselfisz 2006: 90):

Quadro: situação dos jovens entre 15 e 24 anos quanto a estudo e trabalho, renda familiar *per capita* e anos médios de estudo - Brasil, 2003

| SITUAÇÃO QUANTO A ESTUDO E TRABALHO | RENDA FAMILIAR <i>PER CAPITA</i> | ANOS DE ESTUDO |
|-------------------------------------|----------------------------------|----------------|
| Só estuda | 1,56 salários mínimos | 8,1 |
| Trabalha e estuda | 1,62 salários mínimos | 8,6 |
| Só trabalha | 1,25 salários mínimos | 7,9 |
| Nem trabalha nem estuda | 0,77 salários mínimos | 7,2 |

Fonte - IBGE/PNAD 2003 - in Waiselfisz 2006

Em 2002 tinha-se que cerca de 18% dos jovens brancos não estudavam e nem trabalhavam, enquanto entre os negros essa porcentagem é de 23%

Em 2002 tinha-se que cerca de 18% dos jovens brancos não estudavam e nem trabalhavam, enquanto entre os negros essa porcentagem subia para cerca de 23% (In Waiselfisz-UNESCO, Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003).

Dados como os anteriores de fato embasam a tese da necessidade de políticas especialmente desenhadas para os mais pobres, menos escolarizados, mais negativamente vulnerabilizados. Mas também entre esses há diferenças e peculiaridades.

Em pesquisa sobre juventudes que coordenamos Abramovay e Castro para a UNESCO, a ser publicada, se pergunta aos jovens que não estão estudando sobre o motivo por que pararam de estudar. A hierarquia de motivos não é mesma entre meninas e meninos, o que indica a importância de combinar gênero e geração nas pesquisas sobre juventudes. Entre os rapazes, destacam-se questões de ordem econômica, como a oportunidade de trabalho (25%) que, somada a dificuldades financeiras (7%), perfaz um total de 32%. A escola, a vida escolar também pode frustrar e contribuir para a interrupção dos estudos. Cerca de 27% dos rapazes declaram uma razão que se encaixa nesse tipo de motivo: deixaram de estudar por dificuldades de aprender e falta de reforço escolar (12%), ou porque foram reprovados (5%), ou por falta de vagas (4%) ou por não gostar e não ter interesse (6%). Ou seja, repete-se que 27% deixou a escola porque essa não soube ou não quis retê-los.

Impressiona a alta proporção de jovens mulheres que deixaram de estudar devido a uma gravidez - 25% ou 253 280 jovens. Note-se que 2% das jovens (19 125) indi-

cam que deixaram de estudar por causa de um casamento. Já entre os rapazes nenhum alegou tal motivo. Também é mais alto entre as jovens a proporção de pessoas que declaram que deixaram de estudar por razões familiares - 2% ou 19 108 jovens. Entre os rapazes a proporção vai a 1%, o que corresponde a 4 776 jovens entre 15 e 17 anos.

No caso das meninas os motivos para deixar de estudar diretamente relacionados à escola são apresentados por cerca de 21% - o que equivale a 10 pontos menos que os meninos que estavam nesse grupo mas também representa uma alta proporção de jovens. Importa frisar que, somando rapazes e moças, tem-se que 425 230 jovens não estão na escola porque essa de alguma forma os exclui diretamente: 172 060 porque alegam ter dificuldade de aprender e não contar com reforço escolar; 62 123 por causa de uma reprovação; 86 022 porque não conseguiram vaga, e 105 125 porque não gostam de estudar e não têm interesse.

Classe também demarca limites e opções. Entre os que indicam que deixaram de estudar porque tiveram que trabalhar por uma oportunidade nesse campo, destacam-se os da classe C (19% entre os dessa classe), enquanto para os de classe A tal motivo é selecionado por 15%.

Tal exercício com alguns dados bem ilustra a importância de conjugar políticas para a juventude como um todo com perspectivas mais refinadas, considerando classe, gênero e etnia, em particular quando se focaliza exclusões, reparações e discriminações históricas.

Distintas pesquisas de diversas instituições apontam várias

dimensões das situações problemáticas vividas pelos jovens, notadamente no que se refere à insuficiência ou ausência de proteção social e de condições apropriadas de inserção social: exclusão do ensino médio e universitário; exposição a ofertas educativas de baixa qualidade, e/ou a escolas onde se ampliam ou se tornam mais visíveis distintos tipos de violências; alta representação nas estatísticas sobre gravidez precoce e de risco; limitado acesso a informações e conhecimentos sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a segurança na sexualidade; baixo acesso a equipamentos culturais e esportivos; exclusão digital. E, pior ainda, a destacada exposição à mortalidade por causas violentas: entre 1980 e 2000, a taxa de homicídios por 100.000 habitantes caiu levemente entre os não-jovens e cresceu entre os jovens.

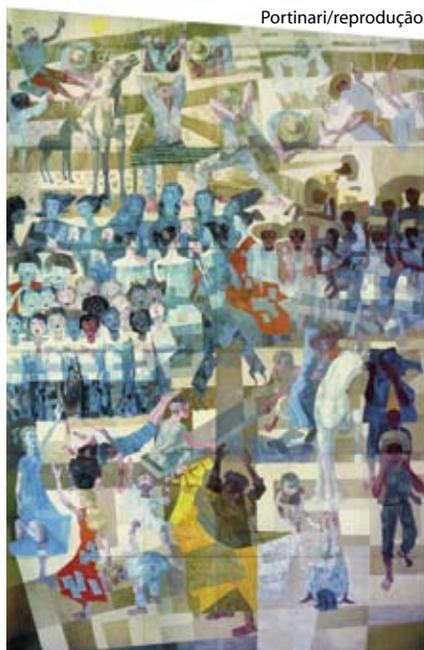
Pesquisando-se distintas instituições, como as escolas, alerta-se sobre a plasticidade do conceito de violência e sobre sua banalização e expansão quando, além da forma homicídios, considera-se como violência tudo quanto ofenda e viole a dignidade do outro ou da outra. Incluem-se aí as violências simbólicas (abuso do poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade); as verbais - camufladas como "brincadeiras", e as institucionais (marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder). Brincadeiras de cunho racista, sexista e homofóbico; tratamento agressivo como parte de um ritual até de afetos e relacionamentos; furtos e vandalis-

mos são algumas das ocorrências violentas que se vêm registrando em ambientes de vivência juvenil, como as escolas. Também se vem chamando a atenção para as agressões de jovens por parte de adultos, tanto na família (casos de violência doméstica, entre outros) como em particular nas relações com a polícia, no espaço público (Abramovay e Rua, 2002 entre outros).

Essas manifestações demonstram que, ademais de uma população vulnerável, os jovens são uma geração vulnerabilizada, principalmente se pobres e negros, e que muitas dessas vulnerabilidades se reproduzem e se combinam, limitando também seu estatuto de sujeitos de direitos e suas potencialidades como atores/atrizas do desenvolvimento. Ou seja: tais vulnerabilidades tornam 'exigível' que as políticas de juventudes combinem diversos enfoques, com a participação dos jovens, considerando sua diversidade.

Não obstante, tanto quanto há os jovens envolvidos em violências, também são consideráveis os contingentes de jovens que estão tocando suas vidas, sobrevivendo, construindo carreiras, participando utilmente da vida social, assim como são numerosos os envolvidos em experiências de cultura, de empreendedorismo, de atividades comunitárias. São jovens que, mesmo quando vivem em áreas de pobreza e de restrições de oportunidades, reagiram por sua conta ou com a colaboração de instituições várias, vivenciando projetos artísticos, ecológicos, político-partidários ou atuando em áreas de carências, ou seja, que mudaram os sinais das vulnerabilidades. Esses jovens também precisam de estímulos das políticas públicas, de amparo do Estado para prosseguir em tal ativismo.

Tanto vulnerabilidades negativas como tendências à positividade, buscas por autonomia, curiosidades, questionamentos e criatividade devem ser contempladas em políticas de juventudes, saindo, portanto, do desenho de programas específicos e se preocupando com a qualidade dos serviços e do processo de ordenação desses,



Portinari/reprodução

contemplando enfoques que se alimentem de culturas juvenis e da participação dos jovens.

Em suma, os jovens apresentam singulares vulnerabilidades, principalmente se pobres, mas também são sujeitos de direitos, destacando-se, entre outros, o direito de participar da elaboração e do controle social de políticas públicas. Até porque eles manifestam claramente suas aspirações à participação social, almejando o reconhecimento de suas especificidades e identidades, as quais se singularizam em relação a outras populações. Esse quadro requer, portanto, criatividade e inovação no plano de políticas públicas, para tratá-los como de fato são: sujeitos relevantes de direitos e sociabilidade.

Insisto: é válida a ênfase em políticas para grupos em situação extrema de vulnerabilidade, considerando o terrível das desigualdades sociais, mas é igualmente fundamental cuidar para que as PPJ sejam também pró-ativas, potencializando talentos - o que também é direito de muitos - e cuidando para que os jovens possam também vir a ser sujeitos de mudanças, o que difere um pouco da tônica - válida, mas marcada pela orientação liberal - que propugna que os jovens devem ser considerados como "atores do desenvolvimento".

Uma perspectiva geracional-juvenil nas políticas públicas deve orientar-se pela autonomia e pela participação e levar em consideração a equação estudo e rede de proteção social, entre outros construtos que são específicos dos jovens, procurando articular, de forma dinâmica, as diversas fases do ciclo vital das pessoas com o objetivo de responder com políticas específicas que façam parte de um conjunto articulado de políticas públicas gerais.

4. Revisitando a tese da importância do enfoque geracional-juvenil para as políticas públicas ⁶

As políticas de juventudes devem conjugar ênfase na redistribuição de serviços e riquezas; devem ter, portanto, caráter universalista. É nesse sentido que cabe uma monitoria jovem, militante, das políticas nos campos clássicos, como trabalho, saúde, educação, esporte e cultura, entre outros, refletindo sobre possíveis impactos nos jovens.

Uma política que incida positivamente na redistribuição de renda das famílias de alguma forma traz tal impacto. Mas essa orientação redistributiva e universalista deve ser combinada com o desenho de políticas de reconhecimento de uma identidade juvenil ou de identidades juvenis, indo além da criação de lugares para os jovens, mas atendendo melhor às necessidades de um ciclo com formação própria, caracterizado por ser tempo de formação, de busca de identidade autônoma, de brincar e de desenvolver mentalidade crítica. Políticas voltadas a esses objetivos não podem ser deixadas ao sabor do mercado, pois dessa forma dificilmente poderiam orientar-se para "pilares da educação" como os propugnados pelo Relatório Delors para a educação no século XXI: "O Relatório Delors assinalou



que a educação para o século XXI se apóia sobre os quatro pilares de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e a aprender a ser”. (Werthein, 2003: 21)

É fundamental desenhar políticas e programas que permitam: primeiro, que as novas gerações participem em um processo de mudanças; segundo, que tendam a preparar os jovens da melhor forma possível para tal participação.

Já em outros trabalhos sublinhávamos que:

Uma perspectiva geracional-juvenil nas políticas públicas deve orientar-se pela autonomia e pela participação e levar em consideração a equação estudo e rede de proteção social, entre outros construtos que são específicos dos jovens, procurando articular, de forma dinâmica, as diversas fases do ciclo vital das pessoas – infância, juventude, maturidade, terceira idade – com o objetivo de responder com políticas específicas que façam parte de um conjunto articulado de políticas públicas gerais.

Uma perspectiva geracional-juvenil, assim como uma perspectiva de gênero ou as de afirmação de direitos humanos étnico-raciais, pede a intervenção em políticas universais,

considerando construtos próprios de cada população, combinando a busca por igualdade de oportunidades e a potencialização de singularidades culturais, assim como políticas focalizadas em cada população específica, considerando necessidades próprias, inclusive para superar desigualdades e vulnerabilidades sociais (CASTRO, 2004).

A título de exemplo, uma perspectiva geracional juvenil quanto ao trabalho pede uma formação especial de forma a não se limitar, por mais

importante que isso seja, em ampliar os postos de trabalhos para jovens.

Vários autores sustentam, como nós, a tese de que mais que emprego para os jovens, em particular com menos de 18 anos, estaria mais afim aos direitos humanos da juventude que estes fossem beneficiados com uma rede de proteção social, inclusive com bolsa de estudo (ver, entre outros, Pochmann, 2004 e UNESCO, 2004). Contudo, o engajamento direto com o mundo do trabalho, como empregados e desempregados (buscando trabalho), e indireto – considerando o desejo e a preocupação em ter um emprego – alerta para o fato de que esse é um tema complexo que exige inovações e vontade política. De acordo com a PNAD 2001, a população desempregada jovem na PEA era de 44%, e entre os que estavam trabalhando 70% exerciam atividades no setor informal, sendo que 16,3% sem remuneração. Em 2001 a população jovem exercendo atividades precárias, normalmente como assalariados sem carteira de trabalho registrada, somaria 3,4 milhões (10% do total da população de 15 a 24 anos). Então há que se questionar permanentemente, na relação trabalho-juventude, sobre a qualidade dos trabalhos que exercem os jovens.

Considerando o caráter de classe da formação social vigente e a atual etapa do capitalismo, pautada por aumento das desigualdades sociais, desemprego e violências, a possibilidade de formação de uma ambiência crítica é parte de uma agenda política progressista

Mais do que decretar programas, ampliar serviços, aumentar matrículas, fixar metas, há que estar atento/atenta para enfoques que desestabilizem cultural, política e economicamente as desigualdades sociais, exclusões e vulnerabilidades negativas e potencializem as positivas, a solidariedade intra e entre gerações pelo bem comum, por mudanças e que colaborem com a formação ética, o exercício da criatividade e que sejam combinadas com medidas de proteção social, além da ênfase na educação de qualidade. Acrescento ao escrito sobre perspectiva geracional juvenil proposições de Abad (2003) que chamam atenção para a relação entre a incorporação transversal de uma perspectiva geracional juvenil em planos setoriais de Estado e o investimento em uma reforma do Estado, o que segundo ele já fora tentado na América Latina por países como a Bolívia, embora com baixa efetividade. Abad (2003: 254) assim sintetiza sua proposta de “políticas afirmativas com e desde os jovens”:

Acreditamos que nem todas as ações do Estado que estão destinadas aos e às jovens são políticas de juventude e, em segundo lugar, mas propositivamente, consideramos que essas devam promover e apoiar a afirmação da condição juvenil na sociedade, favorecendo a equidade geracional quanto ao acesso a bens e serviços públicos, apoiando as organizações de jovens e as que advogam por seus direitos, fomentando o aumento do controle direto dos recursos por parte dos e das jovens, sensibilizando a opinião pública sobre as situações e discriminações que os afetam como grupo social e, em definitivo, facilitando não necessariamente sua transição para

a etapa adulta, mas sim sua legitimação política como atores sociais com interesses, necessidades e propostas próprias.

5. Reflexões finais

A juventude é plural e inscrições como a classe social, o gênero, a raça e outras por adscrições ou seleções demarcam reações aos mesmos estímulos e cenários destes tempos. São fronteiras contemporâneas que em especial afetam os jovens: inseguranças, desencantamentos quanto a futuros e projetos macro, dificuldades no mercado de trabalho e dúvidas quanto a parâmetros sobre ética pública ou descrédito em relação a como vem sendo tratada a coisa pública. Mas por outro lado mais perfilham muitos jovens a sensibilidade à diversidade, ao outro/a e a linguagens lúdicas e artísticas, além de muita garra e buscas. Muitos jovens vêm se destacando em relação a outros coortes pela insistência na construção do novo e no exercício da crítica político-social-cultural, mas não necessariamente como gostariam ou prescreveram seus pais, ainda que a marca da rebelião se reproduza por diversos caminhos – uns positivos, outros negativos.

É desafio para políticas de juventude e para uma atuação com, para e de jovens no plano de políticas, considerar geração como indicação de um ciclo de vida, como composto tal ciclo por jovens concretos em situações diversas e como indicação de um tempo que condiciona, limita mas não pode esvaziar projetos como o da transformação socialista. ●

***MARY CASTRO** é professora da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e professora aposentada da UFBA. Membro da diretoria da União Brasileira de Mulheres (UBM) e do Conselho Consultivo do Centro de Estudos e Memória da Juventude. Foi pesquisadora da UNESCO-Brasil entre 2000 e 2005, desenvolvendo em particular estudos sobre juventudes.

É desafio para políticas de juventude e para uma atuação com, para e de jovens no plano de políticas, considerar geração como indicação de um ciclo de vida, como composto tal ciclo por jovens concretos em situações diversas e como indicação de um tempo que condiciona, limita mas não pode esvaziar projetos como o da transformação socialista.



Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Miriam e RUA, Maria das Graças. Violência nas Escolas. Brasília: UNESCO, 2002.
- ABAD, Miguel. "Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil en Colômbia". In: Dávila, Oscar (ed.) Políticas Publicas de Juventud en América Latina. Valparaiso: CIDPA Ed, 2003.
- ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia. Ensino Médio: Múltiplas Vozes, Brasília: UNESCO, 2003.
- CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas. Acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (org.) Juventude e Sociedade. Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Instituto de Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2004.
- COORDENAÇÃO NACIONAL DO PROJOVEM/SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SECRETARIA GERAL – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, ProJovem – Manual do Educador, Unidade Formativa 1. Brasília, 2005.
- POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (org.). Atlas da Exclusão Social no Brasil. São Paulo: Cortez Ed, 2004.
- UNESCO. Políticas públicas de/para/com as juventudes. Brasília: UNESCO, 2004.
- VIGNOLI, Jorge Rodriguez. Vulnerabilidad y grupos vulnerables: um marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Santiago: CEPAL/CELADE, 2001
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. Relatório de Desenvolvimento Juvenil – 2005. Brasília: UNESCO, 2005 (não publicado).
- WERTHEIN, Jorge. Crenças e esperanças: avanços e desafios da UNESCO no Brasil. Brasília: UNESCO, 2003.

NOTAS

1 "A formação integral compreenderá atividades de formação escolar (800 horas), qualificação profissional (350 horas) e desenvolvimento de ação comunitária (50 horas), somando 1200 horas presenciais. Atendendo às necessidades do público desse projeto, o currículo compreenderá ainda 400 horas de atividades não-presenciais, totalizando 1600 horas". (Coordenação Nacional do ProJovem, 2005: 15)

2 "No total, o ProUni oferece 137.300 bolsas para todo o ano de 2006 (47.059 serão distribuídas neste semestre e 90.241 foram oferecidas no início do ano). O total de vagas deste ano representa um aumento de 18,42% em relação a 2005, quando o programa concedeu 112 mil vagas. Para o diretor do Inep, a meta do Prouni é chegar a 500 mil alunos beneficiados em quatro anos. Hoje, o programa atende diretamente aos jovens dos 50,8% da população que ganha até três salários mínimos e que tem dificuldade de acesso ao ensino de graduação. O Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico prevê a inclusão no ensino superior de 30% dos jovens de 18 a 24 anos, que somam 24 milhões de pessoas, tendo sido alcançados apenas 10,4%. Coréia, Canadá, Chile e outros países têm índices superiores em pelo menos o dobro do Brasil". ("Perdemos cérebros", disse Ristoff – Entrevista com o diretor de Estatísticas e Avaliação do Ensino Superior do Inep/MEC, professor Dilvo Ristoff. *Folha de São Paulo*, 13.6.2006)

3 Os trechos que correspondem a trabalhos já publicados são aqui apresentados entre aspas ou em recuo.

4 In folheto UJS – 13º Congresso Nacional, 15 a 18 de junho de 2006, Brasília, DF.

5 Esta secção condensa e amplia reflexões de texto constante em UNESCO, 2004.

6 Esta secção condensa e amplia reflexões de texto constante em UNESCO, 2004.